

# INFORMALIDADE BRASILEIRA: O FENÔMENO TEM ROSTO FEMININO? UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 2012-2019<sup>1</sup>

*BRAZILIAN INFORMALITY: DOES THE PHENOMENON HAVE A FEMALE FACE?  
AN ANALYSIS FOR THE 2012-2019 PERIOD*

Bárbara Raquel de Oliveira<sup>2</sup>

Marco Antonio Jorge<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo objetiva investigar se as mulheres são mais propensas a trabalharem no setor informal brasileiro. Trata-se de uma análise descritiva para os anos de 2012 a 2019 e finaliza com a estimação do modelo *Probit*, com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) para 2019. Os principais resultados mostram que as mulheres apresentam maior probabilidade de não terem carteira de trabalho assinada e não serem contribuintes da previdência. Ainda que semelhante a proporção total dos informais de ambos os sexos no período observado, a participação delas supera a dos homens em categorias associadas a menores salários e condições de trabalho mais precárias.

**Palavras-chave:** Informalidade, Mulheres, Probit, Brasil.

## ABSTRACT

This article aims to investigate whether women are more likely to work in the Brazilian informal sector. The study provides a descriptive analysis for the years 2012 to 2019 and ends with the estimation of the Probit model, based on microdata from the Continuous National Household Sample Survey (PNADc) for 2019. The main results show that women are more likely of not having a formal contract and not being a social security contributor. Although similar the total proportion of informal workers of both sexes in the observed period, their participation exceeds that of men in categories associated with lower wages and more precarious working conditions.

**Keywords:** Informality, Women, Probit, Brazil.

**Classificação JEL:** J46, C25.

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem aos pareceristas da revista pelas ideias e sugestões. Obviamente, eventuais erros e omissões são de nossa exclusiva responsabilidade.

<sup>2</sup> Mestre em Economia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Analista de Risco de Crédito do Grupo Cencosud. E-mail: barbara.ufs@hotmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: mjorge@ufs.br.

## 1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho passa por transformações consequentes das reestruturações econômicas, institucionais, produtivas e tecnológicas no contexto mundial. A economia brasileira tem sido marcada pela queda expressiva do número de ocupações formais – principalmente a partir de 2015 – e pelo aumento do número de trabalhadores informais. Esses comportamentos têm sido relacionados, em parte, à crise econômica e política vivenciada no país a partir de 2014/2015 e à reforma trabalhista de 2017, que flexibilizou as leis trabalhistas e possibilitou novas formas de contratação com menos garantias ao trabalhador (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas [IBGE], 2020).

Segundo Küchemann (2000), entre as questões que acompanharam as primeiras discussões sobre a informalidade estão a sua falta de definição – que se relaciona diretamente com seu conceito não consensual e que tem mudado com as novas tecnologias, reforçando a necessidade de discussão – e a ausência de estudos que abordassem as questões de gênero, aqui voltada à participação da mulher no setor informal. Assim, torna-se pertinente ainda analisá-lo inserindo o recorte por gênero.

Desse modo, o objetivo deste artigo é investigar o comportamento do mercado de trabalho informal brasileiro para identificar se as mulheres se enquadram na parcela mais atingida por esse setor. A hipótese assumida é de que a segmentação do mercado de trabalho explica, em boa medida, a informalidade e a probabilidade de mulheres estarem ali inseridas é maior. Isso significa que o sexo é uma variável que influencia nas diferenças de probabilidade de participação nas ocupações informais.

A relevância da análise está em não somente discutir as bases e condições em que se alicerça o mercado de trabalho informal, mas sobretudo identificar se a segmentação e as disparidades observadas no setor formal são reproduzidas no setor informal. Ademais, é possível diferenciar se as reações do setor informal, mediante às mudanças no cenário econômico, atingem mais fortemente as mulheres.

Para alcançar o objetivo, será realizada uma revisão de literatura, bem como uma análise de algumas das correntes teóricas da informalidade, acompanhada de uma análise descritiva dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) para os anos de 2012 a 2019, objetivando localizar o comportamento do mercado de trabalho informal no cenário econômico geral e o levantamento dos perfis dos trabalhadores informais no período analisado.

A escolha do período se justifica por abranger anos que precederam o agravamento da crise político-econômica a partir de 2014 até 2019, excluindo o biênio 2020-2021 devido à excepcionalidade provocada pela pandemia do SARS-CoV-2. Para o estudo, foram considerados como trabalhadores informais os empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores e empregadores não contribuintes da previdência social, e trabalhadores familiares auxiliares.

Foi também estimado um modelo Probit<sup>4</sup>, utilizando os microdados da PNADc para o ano de 2019 no *software* STATA 17.0. A variável dependente é o tipo de ocupação (se informal ou não) e as variáveis explicativas englobam: sexo; estado civil; se chefe de domicílio; idade; nível de instrução; renda do trabalho principal; área de domicílio; grupos de atividades; e cor ou raça.

O trabalho se concentra em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira visa sumarizar algumas das principais contribuições teóricas do aparecimento

---

<sup>4</sup> Aglutinação das palavras *probability* (probabilidade) e *unit* (unidade).

da economia informal, focando na teoria da segmentação do mercado de trabalho. A seção seguinte apresentará a informalidade como uma estratégia de sobrevivência, identificando como esse aspecto se mostra mais perceptível entre as mulheres. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos e a base de dados utilizada no trabalho, enquanto a próxima reúne os resultados da análise descritiva, bem como os resultados da aplicação do modelo Probit.

Os principais resultados mostram que, no campo das probabilidades, as mulheres apresentam maiores chances de estarem inseridas na informalidade, e ainda que tenha sido semelhante a proporção dos informais de ambos os sexos no período observado, a participação delas supera a dos homens em categorias associadas a menores salários e condições de trabalho mais precárias da ocupação informal: trabalhadores domésticos e auxiliares de família.

## 2. SOBRE INFORMALIDADE

O marco inicial da discussão acerca da informalidade é o trabalho de Hart (1971) que, no âmbito da antropologia, aborda a “economia informal” como aquela pela qual a camada mais pobre da população do país, denominada *urban sub-proletariat*, alcançava seus rendimentos pela execução de atividades econômicas não formais, isto é, sem regulação, apresentadas como um subconjunto da economia (PERES, 2015).

O trabalho publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), denominado *Employment, Incomes and Equality in Kenya* (OIT, 1972) teve um papel importante ao demonstrar o quão significativo era o setor informal em termos de ocupações e de oportunidades de rendimento e, assim, dar base para diversas abordagens sobre a caracterização e o dimensionamento desse setor informal (NOGUEIRA, 2016).

A esses termos se atribuem a pequenas atividades urbanas capazes de gerar renda, desenvolvendo-se fora do âmbito legal, com pouco capital, técnicas simples, mão-de-obra pouco qualificada, produzindo emprego instável e com baixa produtividade e, conseqüentemente, baixa renda.

Entre as teorias que se destacam no estudo ao fenômeno da informalidade podemos destacar os modelos teóricos de economia dual que se estabeleceram na década de 1970, voltando-se a analisar principalmente como o desenvolvimento econômico chegaria aos países subdesenvolvidos. Ramos (2007) destaca que este dualismo é a convivência de um setor moderno caracterizado como urbano ou industrial e um setor tradicional, tido como arcaico ou rural.

Por outro lado, em 1950 a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) elaborou um padrão de interpretação mais pessimista do processo de desenvolvimento, em que a heterogeneidade estrutural se perpetuaria e não surgiriam sociedades homogêneas, como no caso dos países centrais. Essa concepção partia da hipótese da heterogeneidade estrutural da América Latina, que proporciona um entendimento do desenvolvimento desigual do mercado de trabalho (RAMOS, 2007).

As discussões têm demonstrado que o conceito de informalidade envolve um caráter ambíguo e diversos caminhos de análises. Autores como Sanches (2008) consideram insuficientes alguns estudos mais recentes quanto à procura por definições e origens do fenômeno, visto que grande parte deles se atém a relacionar a informalidade à existência ou não da carteira de trabalho assinada. Ressalta-se, no entanto, que as controvérsias em torno da economia informal não se limitam apenas à procura pela definição de seu conceito, mas também em suas matrizes teóricas.

No Brasil o tema ganha maior proporção a partir da segunda metade da década de 1970, mediante a busca pela delimitação da estrutura do mercado de trabalho. Com destaque nessa fase contemporânea, na década de 1980 os estudos buscaram mensurar os efeitos das transformações estruturais do mercado de trabalho e seu impacto social. Segundo Cacciamali (2000), o conceito de “setor informal” se tornou limitado para explicar a experiência dos países latino-americanos, propondo então um novo formato, no qual o processo de informalidade se manifestaria em grande parte dos países por meio de mudanças institucionais ocorridas diante de uma reestruturação econômica e da reorganização do trabalho assalariado, modificando as bases do emprego e gerando um maior número de empregos sem registro ou sem direito à proteção social.

De fato, o termo informalidade requereu reelaborações conceituais que conseguissem englobar os “novos tempos” (PERES, 2015) e, nesse sentido, a OIT desempenha um papel importante.

Segundo Barbosa (2009), a ideia apresentada pela OIT aponta para a relação entre informalidade e ilegalidade, e por obter esse teor, os estudos e classificações dela permitem precisão empírica, embora pudessem ter maior risco de aumentar o grau de “inespecificidade” ao agregar na definição de economia informal todas as formas de trabalho remunerado que não estão plenamente reguladas pela legislação social e trabalhista, assim como o trabalho não remunerado em atividades que gerem renda.

A superação do fordismo e os avanços tecnológicos deram margem a múltiplas formas de contratação da mão-de-obra que disfarçam a relação de emprego e caracterizam uma nova informalidade, tais como a pejetização, a uberização, o surgimento de falsos autônomos, as falsas cooperativas, os contratos por prazo determinado, o trabalho informal no domicílio, entre outras.

A proliferação dessas novas formas de informalidade gera a necessidade de um novo referencial de proteção social, capaz de mitigar a precariedade desses vínculos de trabalho e garantir condições dignas de trabalho. Nesse contexto, surge o conceito de trabalho decente, proposto pela OIT (PRONI e KREIN, 2010).

Esses aspectos mostram que a definição de informalidade, mesmo com grande esforço teórico, não é, de forma alguma, consensual no Brasil e no mundo. No entanto, apesar das diversas pontuações, é possível evidenciar um tema em comum entre as discussões: a informalidade abrange trabalhadores cujas condições são tendencialmente mais precárias, visto que engloba atividades que não condizem com as normas legais ou que estão desvinculadas à seguridade social, e problemas pertinentes de um setor atrasado – o que não significa afirmar que as más condições trabalhistas são limitadas à informalidade, mas perceber que, nesse setor, tais características são mais acentuadas.

## **2.1 Segmentação do mercado de trabalho: informalidade em busca de uma teoria**

Embora existam várias possibilidades de interpretação a respeito das diferentes formas, motivações para a inserção no mercado de trabalho informal e diferenciais de salários entre os trabalhadores, a teoria da segmentação apresenta grande relevância.

A segmentação se alicerça sobre a hipótese central de que há retornos distintos ao capital humano, isto é, mecanismos de determinação dos salários que se diferenciam segundo o segmento do mercado de trabalho, e de que há racionamento dos postos de trabalho no setor formal, além de barreiras à mobilidade entre as duas categorias.

Ramos (2007) afirma que a teoria da segmentação ganha respaldo com a lacuna deixada pelas teorias desenvolvimentistas, principalmente a partir da década de 1990. Em sua

percepção, o conceito ganha destaque com a discussão heterodoxa americana de incluir no debate fenômenos como pobreza e discriminação.

Taubman e Wachter (1986) evidenciam a segmentação do mercado de trabalho quando há diferenciais de rendimento não justificados por diferenças na habilidade dos trabalhadores. Entre as causas observadas pelos autores, estão os aspectos relacionados às características dos indivíduos, sua localização geográfica e a organização do mercado de trabalho, como a existência de sindicatos, a regulamentação do governo e as restrições à imigração.

Isso vai de encontro à taxonomia do mercado de trabalho apresentada por Jorge (2011). Considerando os atributos do posto de trabalho e das empresas que nele atuam, caracteriza-se como mercado primário aquele que, além de oferecer salários elevados, apresenta melhores condições de trabalho, estabilidade de emprego, grandes empresas, alta atuação sindical, avanço tecnológico, maior probabilidade de promoção da mão de obra e demanda estável de seus produtos e serviços. Enquanto isso, o mercado secundário apresenta baixos salários, piores condições de trabalho, rotatividade do emprego, pequenas empresas, baixa participação dos sindicatos, baixa tecnologia, menor probabilidade de promoção da mão de obra e demanda instável pelos produtos e serviços.

Neffa (2008) acrescenta que entre as consequências da segmentação está o surgimento de novas formas de emprego, que se revelam por meio de subcontratação, emprego temporário e trabalho em casa, pelos quais as empresas podem dividir ou dispersar trabalhadores e flexibilizar o contrato de trabalho. Entre suas características estão a ausência de garantias e de estabilidade, que marcam, sobretudo, o mercado externo e o setor secundário.

Segundo Ulyssea (2006), não há consenso na literatura sobre os determinantes dos diferenciais de salários entre o setor informal e o formal, e tampouco sobre a existência de segmentação entre ambos. No entanto, o autor enfatiza que no mercado informal o nível de educação dos trabalhadores é menor e a rotatividade mais elevada, apontando que a teoria pode ser aplicada na hipótese de que o setor formal é de melhor qualidade, isto é, com maiores salários e maior estabilidade, virando, segundo Ramos (2007), objetivo dos indivíduos se inserirem nesse mercado.

Nesse sentido, Cirino e Dalberto (2018) atestam que os trabalhadores formais têm vantagens de rendimentos sobre os informais, considerando indivíduos com a mesma dotação de atributos. Assim, a relação entre as disparidades de salários e a existência de segmentação se alicerça na suposição de que os empregos formais são escassos ou que existem barreiras para a entrada nesse setor, a saber a existência de sindicatos, a segregação racial e a discriminação.

A descontinuidade observada entre os mercados de trabalho faz referência à estrutura de um mercado dual, em que um deles é mais favorecido ou desenvolvido que o outro e, assim, os trabalhadores do mercado mais favorecido recebem retornos maiores por sua produtividade em relação àqueles situados no mercado menos desenvolvido.

Estabelecida a definição do mercado de trabalho segmentado, é razoável afirmar, principalmente a partir de Neffa (2008), que o trabalho informal se concentra mais fortemente no mercado secundário (isto é, é mais marcado pelas características desse setor), apontando para a evidência de que há alguma segmentação entre tal setor e o mercado primário, que é mais abrangido pelo mercado de trabalho formal.

## **2.2 A informalidade como estratégia de sobrevivência para as mulheres**

A informalidade é uma evidência histórica do mercado de trabalho brasileiro, e permanece marcando a situação de um grande número de trabalhadores. O seu contexto pode

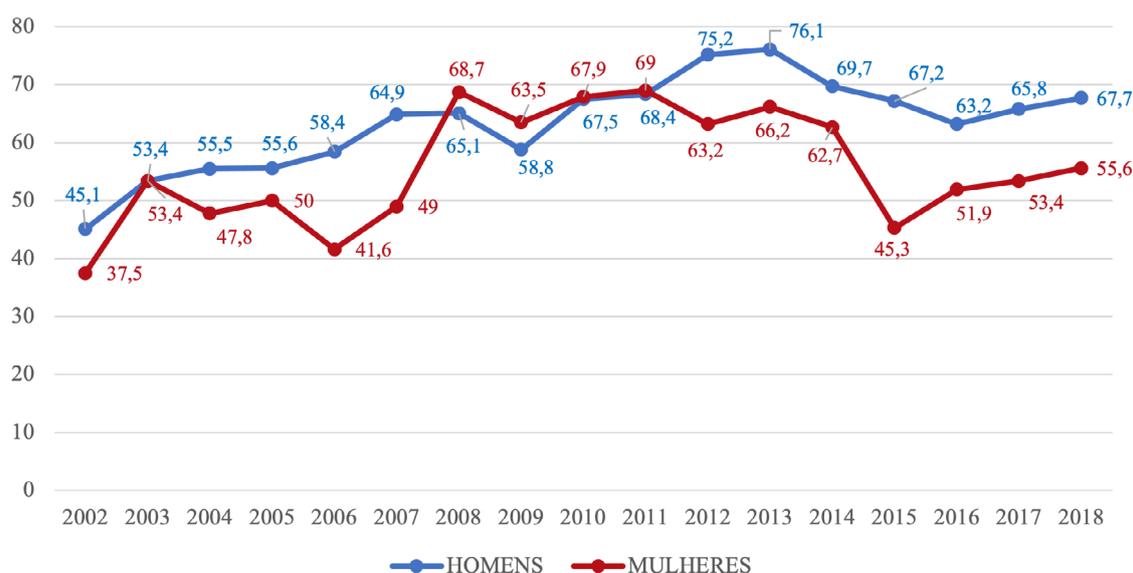
ser visto como de heterogeneidade, não restrita só nas formas de trabalho e nos rendimentos, mas também nas razões que explicam o porquê da inserção de indivíduos nesse mercado.

Alguns autores como Vasconcellos (1994) apontam que a ida dos trabalhadores para a informalidade pode ser fruto de uma escolha racional, na qual eles analisam as vantagens, como maiores salários em relação ao do mercado formal, flexibilidade da jornada, acesso contínuo a parcela dos rendimentos, inexistência de chefia e possibilidade de ascensão social, das quais usufruiriam mediante a saída voluntária do mercado formal, assim como uma opção de vida para aqueles trabalhadores que objetivam a abertura de um negócio próprio. No entanto, segundo o relatório do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) de 2019, quando questionados sobre suas motivações para iniciar um novo empreendimento, 88,4% apontaram a opção “para ganhar a vida porque os empregos são escassos”, ou seja, para a maioria dos brasileiros a saída do setor formal não era por oportunidade, mas por necessidade.

O Gráfico 1, elaborado com base na série histórica da GEM (2018), mostra que a proporção de empreendedores iniciais por oportunidade no grupo masculino supera a encontrada no feminino na maioria dos anos. É de destaque que, entre 2002 e 2008, a faixa de mulheres criadoras de um negócio por oportunidade cresceu de 37,5% para 68,7%, superando o observado pelos homens até 2009. Esse é um comportamento notado numa fase de tendência mais ampla da economia, isto é, de melhora nesse indicador. Porém, posteriormente, essa proporção se estabilizou e depois entrou em queda, atingindo a faixa de 45,3% em 2015.

O GEM (2018) avalia que o enfraquecimento do empreendedorismo feminino por oportunidade pode ser explicado pela desaceleração da economia e a entrada de mais mulheres no mercado de trabalho para complementar a renda familiar naquele momento de crise. Em 2016, a proporção de mulheres que criaram um negócio por oportunidade voltou a subir para 51,9%, em 2017 chegou a 53,4%, e alcançou 55,6% no ano de 2018.

**GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA MOTIVAÇÃO DOS EMPREENDEDORES POR OPORTUNIDADE (EM ESTÁGIO INICIAL) SEGUNDO O GÊNERO – BRASIL – 2002 A 2018**



Fonte: GEM (2018)

Tais cifras sugerem que as mulheres são mais sensíveis às transformações econômicas e sociais, e que a informalidade pode se apresentar como uma estratégia de sobrevivência

principalmente para elas. Segundo Küchemann (2000), isso se daria porque grande parte das trabalhadoras do setor urbano informal não representam a principal fonte de sustento das famílias, e sim, uma provedora secundária, que produz uma renda complementar à do chefe de família. Somente um pequeno contingente consegue um emprego com segurança e rendimentos suficientes para sustento seu e de suas famílias nesse campo.

Segundo a autora, a grande participação de mulheres no setor informal da economia brasileira não representa necessariamente que suas chances de crescimento profissional sejam maiores que no setor formal, visto que isso se dá mediante à limitação do mercado formal e porque apenas um reduzido número de mulheres conseguem se inserir na informalidade para montar, por exemplo, uma pequena empresa lucrativa.

Ademais, a pouca credibilidade é outra característica inerente às trabalhadoras informais, já que a maioria não tem bens registrados em seus nomes, o que dificulta a obtenção de financiamento. A restrição a atividades que requerem pouca instrução, pouco conhecimento profissional, pouco capital e poucas garantias circunscreve o trabalho informal feminino a mercados reduzidos, de baixa produtividade e baixo rendimento (a maioria das trabalhadoras trabalha sozinha ou com poucos empregados), confrontando-o com restrições de ordem financeira, cultural e/ou jurídica.

Outro aspecto é a dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher, pela qual a maioria das adultas passam e em que precisam conciliar seu trabalho produtivo com o papel materno e as atividades domésticas. Dessa forma, o trabalho informal se estabelece como um caminho de conciliação desses papéis exercidos por elas. Há ainda aquelas que exercem uma tripla jornada ao se considerar o trabalho comunitário, como atividades de eventos e serviços sociais (KÜCHEMANN, 2000).

Segundo Cordeiro (2011), a tarefa de conciliar a vida profissional com as responsabilidades familiares e domésticas pode limitar a disponibilidade das mulheres no mercado de trabalho, mas não impede sua atuação. No entanto, aspectos como o preço-sombra referente ao custo de entrada no mercado de trabalho, questões acerca de quem cuidará dos filhos, e custos de deslocamento e acessibilidade (mobilidade urbana) acabam influenciando na decisão da mulher de se inserir no mercado informal.

De acordo com Kon (2004), as características sociais do trabalhador como gênero, raça, escolaridade, idade, experiência, entre outras, são utilizadas para estabelecer o preenchimento de postos de trabalho no mercado primário ou secundário. Dessa forma, as características históricas do trabalhador podem se apresentar como um impasse para a mudança nas condições de trabalho e rendimento, em decorrência da perpetuação de hábitos ou devido ao preconceito. Segundo a autora, a condição feminina apresenta os maiores índices de segmentação e informalidade desvantajosas.

Torna-se necessário – uma vez exposto que a informalidade se configura mais como um caminho de sobrevivência e não de oportunidades para a mão-de-obra feminina – identificar se os dados recentes corroboram essa afirmação e como a dinâmica econômica pode influenciar nesse sentido.

### **3. ESTRATÉGIA EMPÍRICA**

O modelo econométrico proposto na análise é o Probit, que é de estimação e utilizado com o intuito de explicar o comportamento de variáveis dependentes do tipo binária.

Nesse modelo, a variável dependente pode assumir dois valores: 1 (um) se o trabalhador tem emprego informal, e 0 (zero) se o emprego for formal.

O modelo será utilizado para identificar, no campo das probabilidades, como as variáveis escolhidas influenciam na inserção e participação no mercado de trabalho informal.

Conforme detalha Gujarati (2011), para explicar o comportamento de variáveis dependentes dicotômicas, ou seja, variáveis qualitativas nas quais só há uma resposta do tipo sim ou não, pode ser utilizada uma função de distribuição acumulada normal, em que a variável “X” segue uma distribuição normal.

O aspecto que permeia esse modelo de probabilidade, então, é a da não linearidade na relação entre  $P_i$  e  $X_i$ , ou seja,  $P_i = E(Y=1/X)$  se aproxima de zero a taxas cada vez menores, à medida em que  $X_i$  fica menor, e se aproxima de 1 com taxas maiores conforme  $X$  aumenta.

Pode ser derivado de um modelo de variável latente subjacente ( $I_i$ ), isto é, depende de um índice de utilidade (variável não observada) explicada por fatores e características individuais ( $X_{ki}$ ), que são definidas para cada indivíduo  $i$ .

Dessa forma, assume-se:

$$I_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{ki} \quad (1)$$

A variável  $I_i$  determinará, em conjunto com o valor de  $y$ , a ocorrência ou não do evento. Neste trabalho, pretende-se analisar as variáveis e de que forma elas afetam a probabilidade de qualquer indivíduo ser informal, averiguando se as mulheres têm, de fato, maiores chances de emprego nesse setor.

Considerando a existência de um limite denominado  $I_i^*$  (valor crítico) que mantenha as probabilidades no intervalo  $[0, 1]$ , se  $I_i$  for maior que  $I_i^*$ , tem-se que o trabalho é informal. Ocorrendo o contrário, o trabalho é formal.

Com a hipótese de normalidade, a probabilidade de  $I_i^* \leq I_i$  (valor latente ser maior ou igual ao valor crítico) pode ser descrita numa função de probabilidade acumulada normal padronizada da seguinte forma:

$$P_i = P(Y=1/X) = P(I_i^* \leq I_i) = P(Z_i \leq \beta_1 + \beta_2 X_i) = F(\beta_1 + \beta_2 X_i) \quad (2)$$

Pelo qual  $P(Y=1/X)$  é a probabilidade condicional de o emprego ser informal, dadas as variáveis explicativas  $X_i$  e  $Z_i$ . Seguindo a distribuição normal, característica do modelo Probit,  $Z \sim N(0, \sigma^2)$ .  $F$  é a função de probabilidade acumulada normal padrão.

Os efeitos marginais dos regressores serão mensurados de forma que, para cada variável explicativa, seja possível analisar a mudança marginal sobre a probabilidade de ser informal. Como se segue:

$$\frac{\partial Prob(y=1)}{\partial x} = f(Z_i) \cdot \beta e^{-\frac{Z_i^2}{2}} = -f(Z_i) \cdot \beta \quad (3)$$

Em que  $\beta$  mensura a mudança na probabilidade de sucesso quando  $X_i$  muda, permanecendo fixos os outros fatores. Assim, a  $Prob(y=1)$  cresce se o coeficiente da variável for positivo e diminui se for negativo, inversamente para  $Prob(y=0)$ .

### 3.1 Base de dados e descrição das variáveis

A fonte de dados da análise descritiva é a PNADc anual dos anos de 2012 a 2019 para o Brasil, considerando como informais: empregado sem carteira de trabalho assinada; trabalhador doméstico sem carteira assinada; trabalhador por conta própria não contribuinte da previdência social; empregador não contribuinte da previdência social; e trabalhador familiar auxiliar. A escolha do período se justifica por abranger anos que precederam o agravamento da crise político-econômica a partir de 2014 até 2019, excluindo o biênio 2020-2021 devido à excepcionalidade provocada pela pandemia do SARS-CoV-2.

Já para executar o Probit, foram utilizados os microdados da PNADc para o ano de 2019, sendo o modelo estimado no Stata 17.0, *software* de pacote estatístico.

As variáveis utilizadas no Probit são apresentadas e descritas no Quadro 1, no qual resumidamente: a variável dependente será o tipo de ocupação (se informal ou não) e as variáveis explicativas englobam: sexo; estado civil; se chefe de domicílio; idade; nível de instrução; renda do trabalho principal; área de domicílio; grupos de atividades; e cor ou raça.

**QUADRO 1 – DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DO MODELO**

Variáveis explicativas	Nomenclatura no modelo	Descrição	
<b>Sexo</b>	<i>sexo</i>	Variável binária que indica o gênero do indivíduo	0 se Homem; 1 se Mulher
<b>Estado civil</b>	<i>est_civil</i>	Variável binária que indica o estado civil do indivíduo	0 se solteiro; 1 se casado
<b>Chefe de família</b>	<i>chefe_fam</i>	Variável binária que indica a condição domiciliar do indivíduo	0 se não é chefe de família; 1 se é chefe de família
<b>Idade</b>	<i>idade</i>	Variável não binária que indica a idade (em anos) do indivíduo na data de referência	Assume valores de 0 a 130
<b>Nível de instrução</b>	<i>instrucao</i>	Variável multinomial que indica o grau de instrução do indivíduo	0 se sem instrução e menos de 1 ano de estudo 1 se tem nível fundamental incompleto ou equivalente 2 se tem nível fundamental completo ou equivalente 3 se tem nível médio incompleto ou equivalente 4 se tem nível médio completo ou equivalente 5 se tem nível superior incompleto ou equivalente 6 se tem nível superior completo
<b>Renda</b>	<i>renda</i>	Variável que indica a renda mensal efetiva do trabalho principal do indivíduo	em R\$
<b>Área do domicílio</b>	<i>area</i>	Variável binária que indica a área do domicílio do indivíduo	0 se residente em zona rural; 1 se residente em área urbana

Variáveis explicativas	Nomenclatura no modelo	Descrição	
<b>Grupos de atividades econômicas</b>	<i>setor</i>	Variável multinomial que indica o grupo de atividades econômicas em que o indivíduo era ocupado	0 se trabalha no setor de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura 1 se trabalha no setor de Indústria geral 2 se trabalha no setor Construção 3 se trabalha no setor de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas 4 se trabalha no setor Transporte, armazenagem e correio 5 se trabalha no setor de Alojamento e alimentação 6 se trabalha no setor de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas 7 se trabalha no setor de Administração pública, defesa e seguridade social 8 se trabalha no setor de Educação, saúde humana e serviços sociais 9 se trabalha em Outros serviços 10 se trabalha no setor de Serviços domésticos 11 se trabalha em Atividades mal definidas
Variável Explicativa	Nomenclatura no modelo	Descrição	
<b>Cor ou raça</b>	<i>cor</i>	Variável multinomial que indica a cor ou raça do indivíduo	0 se branca 1 se preta 2 se amarela ou parda 3 se indígena
Variável Dependente	Nomenclatura no modelo	Descrição	
<b>Ocupação</b>	<i>informal</i>	Variável Binária criada a partir da soma dos ocupados sem carteira assinada e não contribuintes da previdência	0 se formal; 1 se informal

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do IBGE/PNADc

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

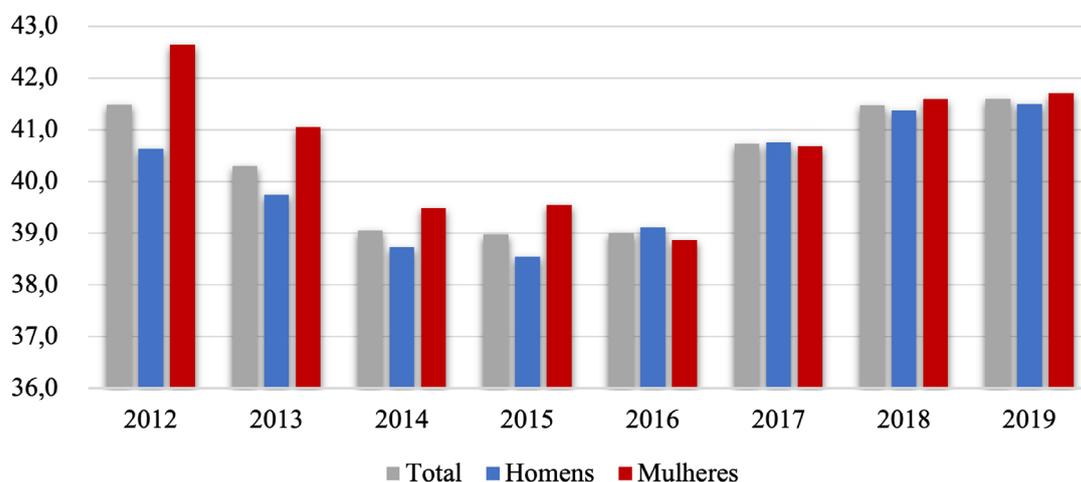
Esta seção apresenta uma análise descritiva da informalidade, buscando relacioná-la aos efeitos da dinâmica econômica atual, e aborda os resultados da estimação do modelo Probit.

##### 4.1 Análise descritiva das variáveis

Analisando especificamente a população ocupada informalmente, o Gráfico 2 mostra que entre 2012 e 2015 houve queda nesse número em ambos os sexos. No entanto,

a partir de 2016 esse volta a crescer ininterruptamente. Nota-se que as mulheres detêm maior proporção de informais em relação aos homens (em 2012, a informalidade feminina era de cerca de 42,6% da população ocupada feminina total), com exceção de 2016 e 2017. Em 2019, a proporção dos informais de ambos os sexos era semelhante, com a diferença entre eles sendo de apenas 0,2 p.p.

**GRÁFICO 2 – PROPORÇÃO DE TRABALHADORES INFORMAIS POR SEXO – BRASIL**



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2012 a 2019

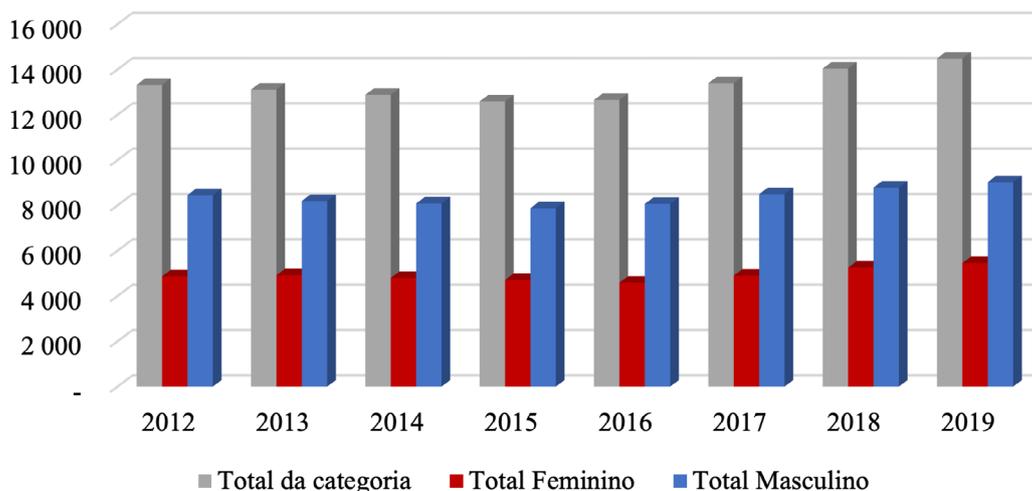
Olhando para o perfil desses trabalhadores informais brasileiros, um fator se destaca: os níveis de instrução. Conforme vimos anteriormente, Küchemann (2000) relata que os baixos níveis de escolaridade e pouca preparação profissional, fator que diminui o potencial de ação e as concentra em atividades reduzidas, é uma característica que marca a mão de obra informal feminina. A informalidade atingiu 66,7% das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental, e 55,4% daquelas que tinham o ensino fundamental completo ou médio incompleto em 2019. De fato, comprova-se que o perfil da trabalhadora informal é de menor instrução e atinge mais fortemente essas duas categorias em específico.

Analisando o perfil dos homens informais, os dados mostram uma diferença em relação ao perfil feminino: a informalidade só atinge a maioria dos homens sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (60,2% em 2012); a partir da categoria de trabalhadores com ensino fundamental completo ou médio incompleto, eles já são maioria entre os formais, enquanto as mulheres só ganham representatividade nesse setor quando têm ensino médio completo até superior completo, comportamento observado em todos os anos da análise.

No sentido de aprofundar a análise, torna-se necessário olhar para cada categoria que compõe os informais brasileiros. Comparando entre os sexos, identifica-se que, entre os empregados sem carteira de trabalho assinada, há um crescimento do número total a partir de 2016. O aumento da ocupação sem carteira de trabalho assinada pode estar relacionado à redução dos postos formais no período de crise econômica e política, que atingiu o Brasil mais fortemente a partir de 2015.

Num comparativo entre homens e mulheres, em termos absolutos o Gráfico 3 mostra que, do total de 14,482 milhões nesse tipo de ocupação em 2019, cerca de 9 milhões eram homens e 5,455 milhões eram mulheres.

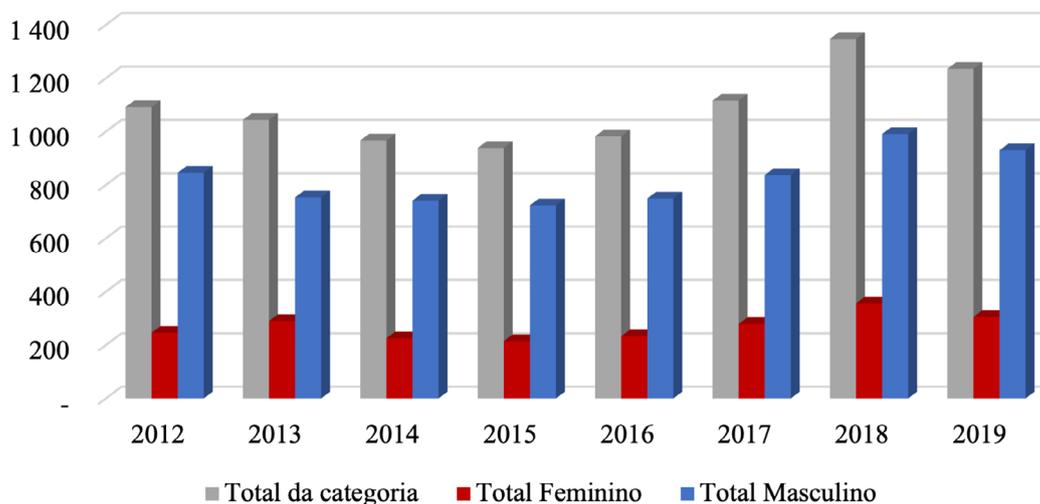
**GRÁFICO 3 – EMPREGADOS SEM CARTEIRA, POR SEXO, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO INFORMAL – 2012 A 2019 – VALORES ABSOLUTOS (1.000) – BRASIL**



Fonte: PNAD Contínua

Olhando para a categoria de empregadores não contribuintes, observa-se que o pico da categoria em 2018 daqueles que trabalhavam explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado, e a maior proporção é também de homens: em 2019, mais de 75% dos empregadores informais eram do sex masculino.

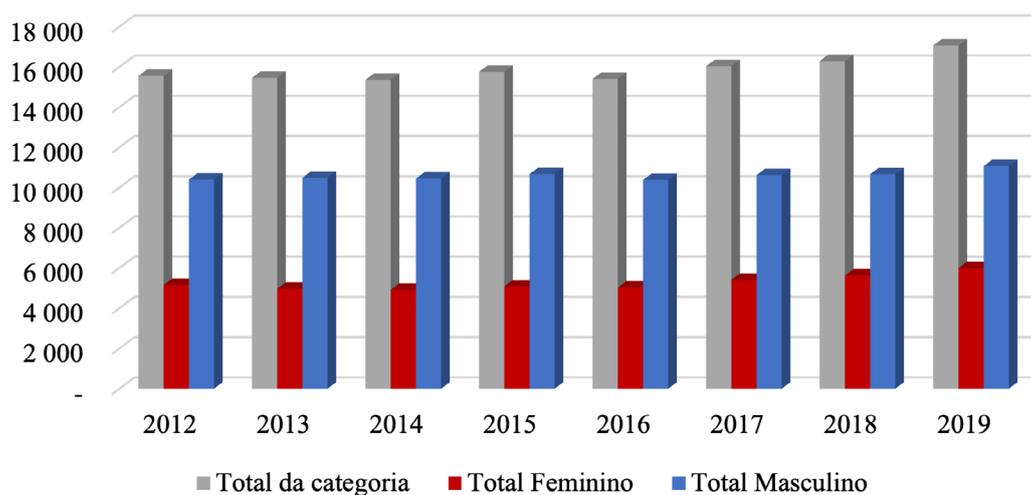
**GRÁFICO 4 – EMPREGADOR NÃO CONTRIBUINTE, POR SEXO, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO INFORMAL – 2012 A 2019 – VALORES ABSOLUTOS (1.000) – BRASIL**



Fonte: PNAD Contínua

Os trabalhadores por conta própria são definidos pelo IBGE como as pessoas que exploram o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar, englobando desde o camelô ao profissional liberal altamente qualificado que realiza consultorias para grandes empresas.

**GRÁFICO 5 – CONTA PRÓPRIA NÃO CONTRIBUINTE, POR SEXO, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO INFORMAL – 2012 A 2019 – VALORES ABSOLUTOS (1.000) – BRASIL**



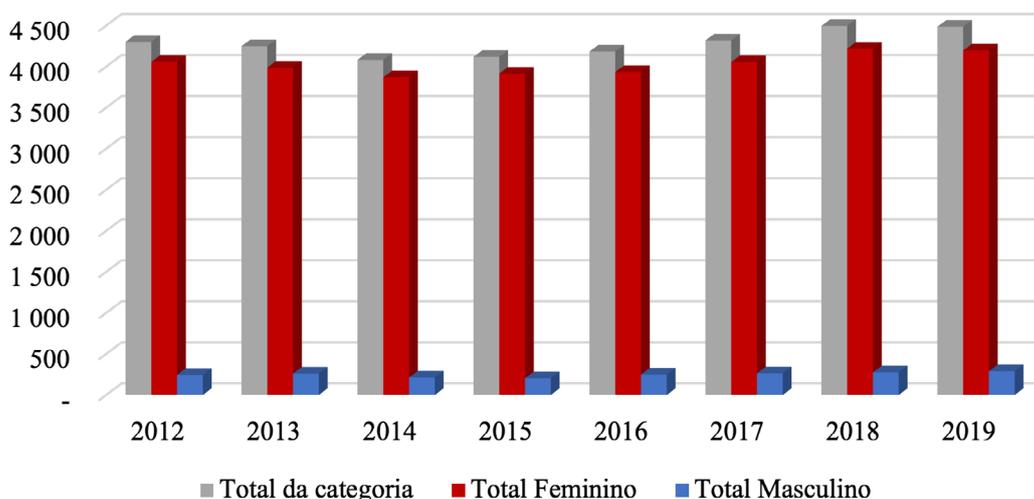
Fonte: PNAD Contínua

Entre esses trabalhadores, o comportamento se repete: os homens englobam maioria absoluta da categoria. Conforme o Gráfico 5, do total de 17,060 milhões em 2019, cerca de 11 milhões eram homens e apenas cerca de 6 milhões eram mulheres.

Grande parte das trabalhadoras do setor urbano informal não consegue ir para a formalidade para abrir um negócio/empreendimento ou para obter maiores ganhos; sua renda não representa a principal fonte de sustento das famílias, conforme mostrado nos gráficos 6 e 7, que abordam os trabalhadores domésticos sem carteira e os trabalhadores auxiliares domésticos, respectivamente as duas categorias de ocupações informais mais ocupadas por mulheres.

É destaque que o número total de trabalhadores domésticos informais tem crescido desde 2014. Dos quase 4,5 milhões de trabalhadores desse tipo em 2019, cerca de 4,2 milhões eram mulheres. O maciço predomínio feminino nessa categoria é confirmado também pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), segundo o qual elas representavam 5,7 dos 6,2 milhões de trabalhadores domésticos em 2019 (DIEESE, 2022).

**GRÁFICO 6 – TRABALHADOR DOMÉSTICO SEM CARTEIRA, POR SEXO, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO INFORMAL – 2015 E 2019 – VALORES ABSOLUTOS (1.000) – BRASIL**

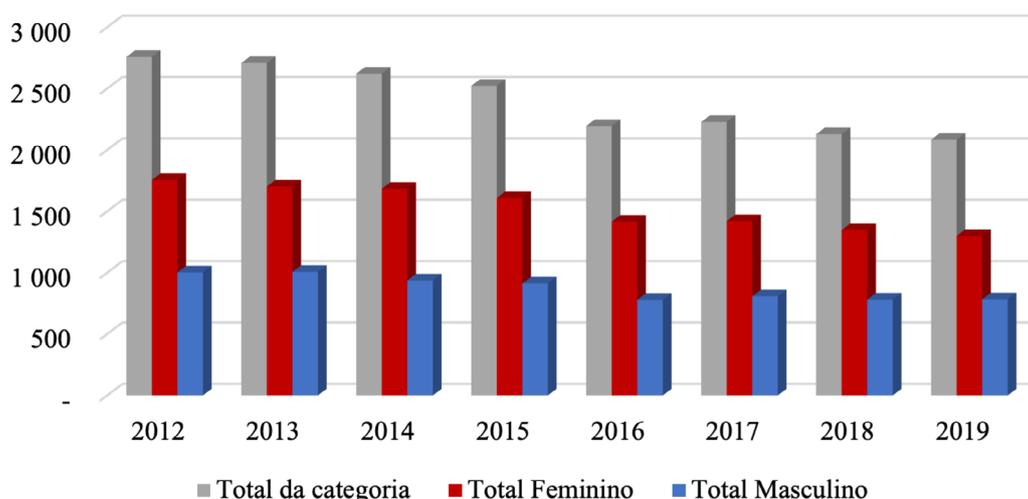


Fonte: PNAD Contínua

Os dados da PNAD Contínua mostram ainda que, com o acirramento da crise a partir de 2015, a quantidade de pessoas que trabalham auxiliando familiares sem remuneração vem caindo. Entre elas, citam-se as que normalmente apoiam outros familiares em seu negócio, como uma filha que acompanha a mãe empregada doméstica em seu trabalho ou um jovem que ajuda um irmão como servente. Essa queda geral pode ser explicada pela busca por trabalho remunerado, em uma necessidade de complementação familiar mediante a crise.

O número de trabalhadores dessa categoria é maior entre as mulheres, com 1,3 milhões de mulheres para 784 mil homens em 2019, conforme observa-se no Gráfico 7:

**GRÁFICO 7 – TRABALHADOR AUXILIAR FAMILIAR, POR SEXO, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO INFORMAL– 2015 E 2019 – VALORES ABSOLUTOS (1.000) – BRASIL**



Fonte: PNAD Contínua

#### 4.2 Resultados do modelo econométrico

Os resultados obtidos na execução do Probit podem ser observados na Tabela 1, na qual a variável dependente contemplou como informais os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores não contribuintes da previdência. Podemos interpretar com o Pseudo R2 que o número de 16,74% da variação da ocupação informal pode ser explicado pelas variáveis independentes do modelo.

**TABELA 1 – RESULTADOS DO MODELO PROBIT**

informal	Coefficiente	Erro padrão	Z	P>  z	[95% intervalo de confiança]	
sexo	0,0270195	0,0085004	3,18	0,001	0,0103591	0,043799
area	0,0507239	0,0086349	5,87	0,000	0,0337997	0,067648
est_civil	-0,2297308	0,0101113	-22,72	0,000	-0,2495486	-0,2099129
chefe_fam	-0,1306226	0,0094714	-13,79	0,000	-0,1491862	-0,1120589
idade	-0,0159552	0,0003143	-50,76	0,000	-0,0165713	-0,0153392
cor	0,0420417	0,0037748	11,14	0,000	0,0346433	0,0494401
instrucao	-0,23007	0,0022355	-102,92	0,000	-0,2344514	-0,2256886

<b>informal</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Erro padrão</b>	<b>Z</b>	<b>P&gt;  z </b>	<b>[95% intervalo de confiança]</b>	
setor	-0,0494337	0,0012215	-40,47	0,000	-0,0518278	-0,0170397
renda	-0,0001305	2,26E-06	-57,81	0,000	-0,000135	-0,0001261
_cons	2,593789	0,0164393	157,78	0,000	2,561569	2,62601
Log Probabilidades = -83644,363			Prob > chi2 = 0,0000			
LR chi2(9) = 33633,04			Pseudo R2 = 0,1674			

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do Probit

Para poder interpretar os coeficientes da saída da regressão Probit, precisamos interpretar os efeitos marginais dos regressores, ou seja, o quanto a probabilidade (condicional) da variável de resultado muda quando se altera o valor de um regressor, mantendo constantes todos os demais regressores.

Quando olhamos para a Tabela 2, é possível observar que a magnitude de quase todos os coeficientes se reduz, mas a significância estatística e os sinais se mantêm os mesmos em comparação à Tabela 1.

**TABELA 2 – EFEITOS MARGINAIS**

<b>Método Delta</b>						
	<b>dy/dx</b>	<b>Erro Padrão</b>	<b>z</b>	<b>P&gt;  z </b>	<b>[95% intervalo de confiança]</b>	
sexo	0,0064717	0,0020357	3,18	0,001	0,0024818	0,0104616
area	0,0121494	0,002068	5,87	0,000	0,0080962	0,0162026
est_civil	-0,0550253	0,0024141	-22,79	0,000	-0,0597569	-0,0502937
chefe_fam	-0,0312868	0,0022657	-13,81	0,000	-0,0357276	-0,026846
idade	-0,0038216	0,000074	-51,66	0,000	-0,0039666	-0,0036766
cor	0,0100699	0,0009032	11,15	0,000	0,0082996	0,0118401
instrucao	-0,0551065	0,0004994	-110,34	0,000	-0,0560854	-0,0541277
setor	-0,0118404	0,0002904	-40,77	0,000	-0,0124096	-0,0112712
renda	-0,0000313	5,36E-07	-58,39	0,000	-0,0000323	-0,0000302

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados dos efeitos marginais

Os resultados mostram que o efeito marginal da variável “sexo” sobre a informalidade é positivo. Tomando por valor 1 quando o sexo é feminino e 0 quando o sexo é masculino, observamos que, se o indivíduo for mulher, a probabilidade de ser informal, isto é, não ter carteira de trabalho assinada e não ser contribuinte da previdência, aumenta em 0,65%, a um nível de erro de 1%.

Esses resultados apontam para o que admitiu Cordeiro (2011): a tarefa de conciliar a vida profissional com as responsabilidades familiares e domésticas pode ser limitante para a disponibilidade das mulheres no mercado de trabalho formal, ainda que não impeça sua atuação. Os aspectos como o preço-sombra referente ao custo de entrada no mercado de trabalho, a questão sobre quem cuidará dos filhos, os custos de deslocamento e a acessibilidade (mobilidade urbana) acabam sendo fatores decisivos para a decisão de se inserir ou não no mercado formal.

A área de domicílio do indivíduo também é positiva, demonstrando que moradores da área urbana são mais propícios à informalidade, de forma que a probabilidade de ser informal para

esses aumenta em 1,21%. Segundo os dados da PNADc, em 2019, cerca de 84% da população brasileira vivia em áreas urbanas, enquanto aproximadamente 15% viviam em áreas rurais. Sendo a área urbana mais populosa, isso pode acarretar maior probabilidade de se inserir no mercado de trabalho informal. Relacionado a isso, fatores como a urbanização têm ampliado a ocorrência das atividades informais nas grandes cidades, bem como o desemprego nessas áreas, conforme os dados da PNADc.

Outra variável que apresenta comportamento significativo é a cor ou raça, na qual a probabilidade de ser informal aumenta em cerca de 1% se o indivíduo não for branco. De fato, a literatura aponta que o fato de ser preto ou pardo no Brasil implica em penalização salarial, o que reforça a desvantagem de gênero constatada aqui. Nesse sentido, Fonseca e Jorge (2021) mostram que há discriminação salarial das mulheres negras no mercado de trabalho baiano, mesmo essas tendo melhores atributos produtivos do que homens brancos e negros.<sup>5</sup>

A instrução apresenta um sinal negativo, o que demonstra que, quanto maior o nível de instrução, menor é a probabilidade de ser um trabalhador informal, se comparado a um indivíduo analfabeto (categoria de referência do modelo). Para uma pessoa com maior nível de escolaridade, a probabilidade de estar em categorias de trabalho sem carteira assinada e de não ser contribuinte da previdência se reduz em cerca de 5,5%.

Esses resultados apontam para o analisado em Kon (2004): as características sociais do trabalhador, como gênero, raça, escolaridade, idade, experiência, entre outras, são utilizadas para estabelecer o preenchimento de postos de trabalho no mercado primário ou secundário. Dessa forma, as características históricas do trabalhador podem se apresentar como um impasse para a mudança nas condições de trabalho e rendimento, em decorrência da perpetuação de hábitos ou devido ao preconceito/discriminação.

Ainda conforme os resultados obtidos, observa-se que se o indivíduo não trabalhar na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, aqui tido como categoria de referência, a probabilidade de ser informal reduz em 1,18%.

Se o indivíduo for chefe de família, sua probabilidade de ser informal reduz em 3,13%. No mesmo sentido, se o trabalhador for casado, a probabilidade de estar na informalidade reduz em cerca de 5,5%. Isso pode se dar uma vez que, conforme a discussão teórica inicial, as vagas de trabalhos informais são em geral mais precárias, englobando atividades que não condizem com as normas legais ou que estão desvinculadas à seguridade social, o que pode motivar um chefe de família ou um casado a procurar vagas em trabalhos formais, com maior estabilidade e maiores salários, para melhor garantir o sustento familiar, por exemplo.

Outro fator que influencia na participação do setor informal é a idade. Os resultados apontam que, quanto maior a idade, menor a probabilidade de ser informal. A variável tem coeficiente de cerca de 0,38%. Já a renda também apresentou resultado negativo sobre a probabilidade de ser informal, mas com o menor efeito em relação às demais variáveis.

A despeito de sua baixa magnitude, isso confirma o analisado a partir de Ulysea (2006): no mercado informal, além de o nível de educação dos trabalhadores ser menor, há uma rotatividade mais elevada. Além do mais, o setor formal é de melhor qualidade, com maiores salários e maior estabilidade, sendo assim, segundo Ramos (2007), o objetivo dos indivíduos se inserirem nele.

---

<sup>5</sup> Há uma ampla literatura que discute a interseccionalidade entre gênero e raça, apontando que ambas as desvantagens se reforçam, penalizando especialmente as mulheres negras. Essa discussão, no entanto, foge ao escopo deste trabalho.

Além disso, Cirino e Dalberto (2018) atestam que os trabalhadores formais apresentam vantagens de rendimentos sobre os informais, considerando indivíduos com a mesma dotação de atributos. Isso indica que indivíduos com níveis iguais de produtividade poderiam ser remunerados de formas diferentes a depender do setor em que estão alocados, conforme a teoria da segmentação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou investigar o comportamento recente do mercado de trabalho informal brasileiro para identificar se as mulheres se enquadram na parcela mais atingida pelo setor. Assumiu-se como hipótese que a segmentação do mercado de trabalho explica, em boa medida, a informalidade, e as mulheres têm maiores chances de estarem inseridas ali, pois o sexo é uma variável que influencia nas diferenças de probabilidade de participação em ocupações informais.

Os principais resultados identificaram características da economia brasileira recente: os altos níveis de desocupação, as elevadas taxas de subutilização e a subocupação da força de trabalho são fatores que sugerem a limitação do mercado de trabalho formal, mediante a falta de emprego para grande parte da população no período observado, e mostrando que o setor informal se apresentou como uma alternativa perante a crise econômica.

Este estudo apontou, ainda, que as mulheres se enquadram na parcela mais atingida pela precariedade do setor informal, visto que, mesmo tendo sido semelhante a proporção de informais de ambos os sexos em 2019, a participação delas supera a dos homens nas categorias com menores remunerações e nas mais marcadas pelos aspectos da precariedade: trabalhadores auxiliares de família e trabalhadores domésticos, cargos culturalmente associados como ocupações mais “femininas”, por exemplo.

No campo das probabilidades, a estimação do modelo econométrico Probit mostrou que as mulheres apresentam maiores chances de se inserirem na informalidade, isto é, de não terem carteira de trabalho assinada e não serem contribuintes da previdência, acompanhado de outras variáveis como habitar na área urbana e não ser branco. O estudo comprova, desse modo, as hipóteses assumidas para análise.

O estudo também mostra que a segmentação consegue, em boa parte, explicar a informalidade, considerando que gênero, raça, escolaridade, idade, entre outras são utilizadas para estabelecer o preenchimento de postos de trabalho no mercado primário ou secundário, sendo que o trabalho informal se concentra mais fortemente no mercado secundário.

Destaca-se que, ao fugir das formas mais convencionais de pesquisas relacionadas ao tema, efetivadas de forma qualitativa por meio de entrevistas e do acompanhamento da experiência, este estudo contribui para suplementar pesquisas, possibilitando um caráter de inferência com a utilização de um modelo econométrico Probit e contribuindo para a literatura, mediante o levantamento de dados recentes do mercado de trabalho brasileiro.

Acrescenta-se que, por propor a articulação entre o fenômeno da informalidade e gênero, o estudo pode contribuir também na redução do *feedback* negativo entre as mulheres.

As limitações observadas no trabalho envolvem a inexistência de algumas variáveis no banco de microdados da PNAD, que poderiam suplementar o modelo, como quantidade de horas de trabalho doméstico e cuidado de pessoas ou realização de afazeres domésticos, que podem ser fatores que ampliam a probabilidade das mulheres serem trabalhadoras informais.

Para trabalhos futuros, torna-se importante inserir o recorte por grandes regiões brasileiras, para identificar, limitando a extensão territorial, se esses comportamentos e resultados observados ao nível brasileiro são replicados regionalmente. Outra direção profícua diz respeito ao estudo da interseccionalidade entre gênero e raça, tendo em vista como o fato de não ser branca tende a reforçar a desvantagem de gênero enfrentada pelas mulheres.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre F. **De “setor” para “economia informal”**: aventuras e desventuras de um conceito. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <[https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user\\_files/eventos/ckeditor/texto\\_sem\\_2009\\_barbosa.pdf](https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/eventos/ckeditor/texto_sem_2009_barbosa.pdf)>. Acesso em 06 de junho de 2021.

CACCIAMALI, Maria C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 14, p. 153-174, jun, 2000.

CIRINO, Jader F., DALBERTO, Cassiano R. Informalidade e segmentação no mercado de trabalho brasileiro: evidências quantílicas sob alocação endógena. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.28, n.2, p.417-460, 2018.

CORDEIRO, Cláudia N. M. **O perfil socioeconômico das mulheres manauaras que desenvolvem a atividade informal no entorno do UNINORTE**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Trabalho Doméstico no Brasil**. 2022. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>>. Acesso em: 23 de mar. de 2024.

FONSECA, Edna S. e JORGE, Marco A. Mulheres Negras e Discriminação Salarial na Bahia em 2019. **Revista da ABET**, v. 20, n. 1, p. 124-147, 2021.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **GEM 2018**: Análise dos resultados por gênero. Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/GEM%20%20An%C3%A1lise%20por%20g%C3%AAnero%202018%20finalv1%20\(002\).pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/GEM%20%20An%C3%A1lise%20por%20g%C3%AAnero%202018%20finalv1%20(002).pdf)>. Acesso em: 17 de nov. de 2021.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **GEM 2019**: Análise dos resultados por gênero. Disponível em: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Empreendedorismo-no-Brasil-GEM-2019.pdf>. Acesso em: 17 de nov. de 2021.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HART, Keith. Informal income opportunities and urban development in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, v. 2, n. 1, p. 61-89, March 1973.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2019** – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em 24 de ago. de 2020.

JORGE, Marco A. **Economia do Trabalho**: Diferenciais Compensatórios de Salário e Taxas de Homicídio no Brasil. São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe (EDUFS), 2011.

KON, Anita. **Diversidades nas Condições de Informalidade do Trabalho Brasileiro**. 2004. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/4734021\\_Diversidades\\_Nas\\_Condicoes\\_De\\_Informalidade\\_Do\\_Trabalho\\_Brasileiro](https://www.researchgate.net/publication/4734021_Diversidades_Nas_Condicoes_De_Informalidade_Do_Trabalho_Brasileiro)>. Acesso em 02 de mai. de 2021.

KON, Anita. Responsabilidade Social das Empresas como Instrumento para o Desenvolvimento: A Função da Política Pública. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 41, p. 45-88, 2013.

KÜCHEMANN, Berlindes A. Estratégias de sobrevivência de mulheres no setor informal urbano. In: KOHLHEPP, Gerd (coord.) **Brasil: modernização e globalização**. Madrid: Biblioteca Iberoamericana; Frankfurt a. M.:Verwuert, 2000, p. x-y.

NEFFA, Julio C. Las Teorías de La Segmentación de los Mercados de Trabajo. In NEFFA, Julio C.; EYMARD-DUVERNAY, François. **Teorias Económicas sobre El Mercado de Trabajo**: III. Análisis Institucionalistas. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2008, p. 139-206.

NOGUEIRA, Mauro O. **A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. (Texto para Discussão n. 2221). Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6907/1/td\\_2221.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6907/1/td_2221.pdf)>. Acesso em 15 de abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Employment, incomes and equality**: a strategic for increasing productive employment in Kenya. Geneva: OIT, 1972.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Resolução da 15ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho concernente ao setor informal**. Geneva: OIT, 1993.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Women and Men in the Informal Economy**: A Statistical Picture. Geneva: OIT, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (Lisboa). **A OIT e a Economia Informal**. Lisboa: Escritório da OIT em Lisboa, 2006. 40 p.

PERES, Thiago B. Informalidade: um conceito em busca de teoria. **Revista da ABET**, v. 14, n. 2, p. 270-289, julho a dezembro de 2015.

PRONI, M. W. e KREIN, J. D. **Economia Informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT, 2010 (série Trabalho Decente no Brasil, Documento de trabalho n. 4).

RAMOS, Carlos A. Setor informal: do excedente estrutural a escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 115-137, 2007.

SANCHES, Osmar. **Os determinantes da economia informal nas principais escolas do pensamento econômico**. 2008. Disponível em: <[https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eitt/vii\\_ciclo2009\\_artosmarsanches.pdf](https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eitt/vii_ciclo2009_artosmarsanches.pdf)>. acesso em 22 de jul. de 2020

SILVA, Francielézia S. B. **O Mercado de Trabalho no Brasil e no Nordeste em tempos de crise capitalista**: a reconfiguração das ocupações e a informalidade em relação combinada. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo2-transformacoesnomundodotrabalho/PDF/omercadodetrabalhonobrasilenonordeste.pdf>>. Acesso em 30 de jul. 2020.

SILVA, M., CHINELLI, F. “Velhas e Novas Questões sobre a Informalização no Brasil Atual”. In: Luiz A. Machado da Silva (org). **Contemporaneidade e Educação**, ano II, n. 1, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, 1997, p. x-y.

TAUBMAN, Paul; WACHTER, Michael. Segmented Labor Markets. In. ASHENFELTER, Orley; LAYARD, Richard (eds). **Handbook of Labor Economics**. Amsterdam: North Holland, 1986, v 2, p. 1183-1217.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 596-618, 2006.

VASCONCELLOS, Eliane J. G. **Trabalhadores informais**: o sentido da sua escolha de trabalho. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30357304.pdf>>. Acesso em 05 de junho de 2021.

Recebido em: 5/6/2022

Aceito para publicação em: 3/4/2024